



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Conselho Nacional de Previdência Social

# **ATA**

## **294ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -**

**Brasília/DF, 13 de março de 2023**

## ATA DA 294ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

**DATA:** 13 de março de 2023

**LOCAL:** MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

### PRESENCAS

<b>Representantes do Governo</b> MPS – Carlos Roberto Lupi SE/MPS – Wolney Queiroz Maciel SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca INSS – Glauco Andre Fonseca Wanburg INSS – Andre Paulo Felix Fidelis CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	<b>Representantes dos Trabalhadores em Atividade</b> FS – Odair Antonio Bartoloso UGT – Natal Léo CUT – Ariovaldo de Camargo CONTAG – Evandro José Morello CTB – Rolando Medeiros
<b>Representantes dos Aposentados e Pensionistas</b> SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa CSB – Bartolomeu Evangelista de França COBAP – Obede Muniz Teodoro COBAP – Warley Martins Gonçalves SINDNAPI/FS – Tonia Andrea Inocentini Galleti	<b>Representantes dos Empregadores</b> CNF – Rafael Baldi da Silva CNC – Helio Queiroz da Silva CNM – Antonio Mário Rattes de Oliveira CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo CNT – Brunno Batista Contarato
<b>Palestrantes/Convidados</b>  ABBC – Alex Sander Moreira Gonçalves DATAPREV – Ubiramar Mendonça	

## I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Sr. Carlos Lupi** abriu a 294ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), dando posse aos novos conselheiros: Srs. Wolney Queiroz Maciel, Secretário-Executivo do Ministério da Previdência, como membro suplente, representante do Ministério da Previdência Social (MPS); Adroaldo da Cunha Portal, Secretário do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, como membro titular, representante da Secretaria do Regime Geral de Previdência Social (SRGPS/MPS); Benedito Adalberto Brunca, como membro titular, representante da SRGPS/MPS; Glauco Andre Fonseca Wanburg, Presidente Interino do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), como membro titular, representante do INSS; Andre Paulo Felix Fidelis, Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, como membro suplente, representante do INSS; Felipe Cavalcante e Silva, Consultor Jurídico do Ministério da Previdência Social, como membro titular, representante da Consultoria do Ministério da Previdência Social (CONJUR/MPS); José David Pinheiro Silvério, Consultor Jurídico Adjunto do Ministério da Previdência Social, como membro suplente, representante da CONJUR/MPS; Paulo Roberto dos Santos Pinto, Secretário do Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, como membro titular, representante da Secretaria do Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social (SRPC/MPS); Rafael Baldi da Silva, como membro suplente, representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); e Helio Queiroz da Silva, como membro titular, representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O **Sr. Presidente** desejou boas-vindas a todos(as) e, antes de prosseguir com o próximo item de pauta, acusou o recebimento de documento da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), que solicitava a formação de Grupo Temático sobre Cartões de Benefício Consignado. Destacou a importância da formação de grupo para estudar a questão e sugeriu que fosse instituído com observância à proporcionalidade das representações previstas para o CNPS, sob a coordenação do Secretário do Regime Geral de Previdência Social, o **Sr. Adroaldo Portal**. Havendo a concordância de todos, a criação do grupo temático foi aprovada à unanimidade.

## II – EXPEDIENTE

O **Sr. Presidente** colocou em apreciação e aprovação a Ata da 293ª Reunião Ordinária do CNPS, que foi aprovada à unanimidade.

## III – ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** levou ao conhecimento a pauta da reunião: I – Abertura; II – Expediente: 1) Aprovação da Ata da 293ª Reunião Ordinária do CNPS; III – Ordem do Dia: 1) Composição e atribuições do CNPS: Carlos Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social e Adroaldo da Cunha Portal, Secretário do Regime Geral de Previdência Social; 2) Empréstimo Consignado - Taxa do Consignado e juros elevados do Cartão de Crédito Consignado: Carlos Lupi, Ministro da Previdência Social e Adroaldo da Cunha Portal, Secretário do Regime Geral de Previdência Social; 3) Requerimentos de benefício e demais serviços no INSS: Glauco André Fonseca Wanburg, Presidente Interino do INSS e Andre Paulo Felix Fidelis, Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS; 4) Análise pericial pela PMF: Adroaldo da Cunha Portal, Secretário do Regime Geral de Previdência Social; e IV – Encerramento. Instando o primeiro ponto de pauta: Composição e atribuições

35 do CNPS, o **Sr. Adroaldo Portal** informou que, desde a posse do Ministro Carlos Lupi, o MPS tem recebido diversas  
36 demandas de entidades que requerem o desenvolvimento de debate sobre a atual composição do CNPS. Nesse sentido,  
37 sugeriu a criação de um grupo de trabalho (GT), que também observasse a proporcionalidade prevista para o Conselho.  
38 Com a palavra, o **Sr. Presidente** complementou sugerindo que fosse avaliada pelo grupo a possibilidade de ampliação do  
39 número de representações no Conselho e também as atribuições do Conselho, visto que ambos os assuntos somente  
40 podem ser revistos mediante a edição de Lei. O **Sr. Adroaldo Portal** acrescentou que algumas entidades têm observado  
41 que o CNPS não tem sido ouvido nos últimos anos e que, por isso, seria salutar a rediscussão de suas competências, assim  
42 como a força de suas decisões. Na sequência, o **Sr. Presidente** sugeriu que a coordenação do grupo fosse exercida pelo  
43 Secretário do Regime Geral de Previdência Social, o **Sr. Adroaldo Portal**, e submeteu à aprovação do Conselho a criação  
44 do GT, que foi aprovado à unanimidade. Instando o segundo item de pauta: Empréstimo Consignado - Taxa do Consignado  
45 e juros elevados do Cartão de Crédito Consignado, o **Sr. Presidente** ponderou que, em sua opinião, as taxas cobradas dos  
46 benefícios da Previdência Social são extremamente onerosas, especialmente por considerar que os beneficiários detinham  
47 média salarial muito baixa e uma condição de alta vulnerabilidade. Observou que, segundo dados trazidos ao Conselho  
48 em ocasiões anteriores, entre os 18 milhões de empréstimos variados contratados, apenas 1,8 milhões se encontrariam  
49 dentro da margem chancelada pela legislação vigente, sendo que a média salarial dos tomadores era de apenas R\$  
50 1.700,00, e a média das parcelas mensais desses empréstimos era de R\$ 450,00 a R\$ 500,00. Registrou que, na penúltima  
51 reunião do Conselho, fora apresentada uma proposta de taxa máxima de 2,14%, sendo que a média praticada entre as 27  
52 instituições que praticavam esse tipo de empréstimo seria de 2,05%. Destacou que, nesse sentido, a preocupação do  
53 Ministério é promover a justiça social mediante o debate entre as diferentes classes representadas no Conselho, a fim de  
54 que, futuramente, se apresentasse uma nova proposta de teto. Com a palavra, o **Sr. Rafael Baldi** apresentou a proposta  
55 elaborada pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), baseada em dados obtidos junto ao Banco Central do Brasil  
56 (BACEN), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Ministério da Previdência Social (MPS). Demonstrou a  
57 estimativa de concessão mensal de crédito consignado pelo INSS, à exceção do Benefício de Prestação Continuada (BPC),  
58 conforme dados do BACEN relativos os anos de 2019 a 2022, sendo: R\$ 77,6 bilhões em 2019; R\$ 103,7 bilhões em 2020;  
59 R\$ 85,1 bilhões em 2021; e 56,1 bilhões em 2022. Observou que houve queda na oferta de crédito consignado a partir de  
60 2021, que foi, inclusive, intensificada em 2022. Explanou que os desassistidos do empréstimo consignado do INSS  
61 possuíam como alternativas o crédito para negativados, com taxas em torno de 20% ao mês, e o empréstimo não  
62 consignado, com taxa de 5,24%. Demonstrou gráfico com o cenário de elevação do custo de captação para o empréstimo  
63 consignado, após a deliberação do CNPS sobre a elevação da taxa máxima para 2,14%, quando a SELIC era de 9,25% a.a.  
64 Apontou que, naquele momento, a SELIC estava em 13,75% e que, diante disso, caso fosse feita uma recomposição do  
65 teto seguindo-se os mesmos critérios de 2021, esse corresponderia, no mínimo, a 2,29% a.m., para o empréstimo  
66 consignado e 3,21% para o cartão. Arrazoou que a taxa SELIC era apenas uma referência, visto que os custos de captação  
67 dos bancos são oriundos de captação de longo prazo, com valores superiores à taxa SELIC para atrair poupadores.  
68 Demonstrou a composição dos custos do empréstimo consignado, por meio de consulta realizada às Instituições  
69 Financeiras (IFs) que atuavam na oferta do produto. Apresentou o *Ranking* do BACEN sobre a taxa média praticada pelos

70 bancos que trabalhavam com o crédito consignado pelo INSS. Arrazoou que grande parte das instituições financeiras com  
71 maior *número* de contratos ativos praticavam uma taxa média próxima ao teto. Prosseguindo com a apresentação, o **Sr.**  
72 **Alex Sander Gonçalves** recordou que o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) são líderes de participação  
73 nos contratos de créditos consignados, correspondendo a 11% do mercado do crédito consignado do INSS. Em seguida,  
74 elencou as vantagens do cartão de benefício consignado para os aposentados e pensionistas do INSS, sendo elas: (i) a  
75 isenção de anuidade; (ii) a aplicação de taxa de juros mais baixa em relação ao cartão de crédito convencional, em  
76 decorrência da possibilidade de se debitar diretamente no benefício percebido; (iii) a disponibilidade do produto aos  
77 negativados, que representavam cerca de 40% do público de aposentados e pensionistas naquele momento; (iv) a  
78 possibilidade de utilização de parte do limite para quitação de dívidas mais caras, como o cartão convencional, cheque  
79 especial e empréstimo pessoal; (v) o controle do endividamento, visto que o INSS estabelece que o limite de crédito  
80 praticado pelas instituições não ultrapasse de 1,6 vezes o valor do benefício; (vi) a ausência de anuidade e utilização de  
81 bandeiras com aceitação em todo território nacional; e (vii) seguro de vida, auxílio funeral e desconto em farmácias  
82 gratuitos para cartão benefício. Elencou os motivos que determinavam a elevação do teto previsto para esse produto em  
83 relação ao teto previsto para o empréstimo consignado, sendo eles: (i) o custo de confecção do plástico, a aquisição de  
84 *chips*, o armazenamento e impressão dos dados do cliente; (ii) o custo de envio, com o material explicativo sobre o  
85 produto; (iii) o custo junto à processadora do cartão para manutenção e com o monitoramento de prevenção a fraudes;  
86 (iv) o custo operacional mensal para gestão da carteira, com processamento das compras e saques, apuração dos valores  
87 devidos mensalmente, a averbação e conciliação mensal, processamento e envio da fatura; (v) custo de bandeira; (vi) a  
88 operacionalização dos canais de atendimento (bloqueio e desbloqueio, detalhamento da fatura, dúvidas sobre compras,  
89 e consulta de limite); os custos de benefício mensais e gratuitos (exclusivos para o cartão benefício); (vii) a taxa de  
90 inadimplência superior à do empréstimo consignado, decorrente da menor prioridade na ordem de descontos; (viii)  
91 investimentos constantes em tecnologia para atendimento às exigências do mercado, como o pagamento por  
92 aproximação, cartão virtual, *chip*, duplo fator de autenticação para transação em *e-commerce*, atualizações obrigatórias  
93 exigidas pelas bandeiras; e (ix) o fato do produto ser operado predominantemente por bancos de médio e pequeno porte  
94 que apresentam custo de captação mais elevado. Apontou que a margem de rentabilidade para o cartão de benefício  
95 consignado seria de 0,29%, e que após a incidência da carga tributária prevista para os bancos, resultaria em apenas 0,16%.  
96 Ponderou que a eventual equiparação do teto desse produto ao teto do empréstimo consignado obrigaria os bancos que  
97 operam o produto a suspender suas operações, uma vez que a estrutura de custos resultaria em uma margem negativa, o  
98 que, inclusive, é vedado pelo Banco Central. Prosseguindo, o **Sr. Rafael Baldi** registrou que o crédito consignado  
99 desempenha um papel importante na vida do aposentado e que já apresentava a taxa mais baixa do mercado, atendendo  
100 ao público de baixa renda e uma parcela relevante de negativados. Ponderou que se tal produto deixasse de ser oferecido,  
101 o público seria obrigado a recorrer a outras linhas de crédito com taxas e prazos totalmente incompatíveis com as suas  
102 necessidades. Ressaltou que o custo de captação dos bancos estava mais elevado que o informado na última revisão  
103 aplicada pelo Conselho em relação ao teto, o que já impactava na rentabilidade do produto. Explicou que há instituições  
104 financeiras, em especial de pequeno e médio portes, precursoras do crédito consignado no país, que já apresentam

105 rentabilidade próxima de zero, trazendo riscos para a manutenção da operação, o que poderia resultar na concentração  
106 do mercado em poucos bancos, prejudicando a concorrência e os aposentados, e principalmente o público não-  
107 bancarizado. Por fim, propôs em nome do setor, mesmo diante da significativa elevação do custo de captação sofrida  
108 desde dezembro de 2021, a adoção dos tetos de 2,08%, para o empréstimo consignado, e 3,00% para o cartão. De posse  
109 da palavra, o **Sr. Helio Queiroz** externou sua preocupação com a possível limitação da oferta do produto no mercado, o  
110 que poderia resultar em taxas de juros abusivas. Salientou que a principal apreensão de seu setor seria o impacto social e  
111 econômico que uma possível redução das taxas poderia trazer para o pequeno e médio varejista brasileiro. Inferiu que o  
112 tabelamento das taxas de juros em um momento em que a economia mundial se encontrava sensível, poderia impulsionar  
113 um colapso econômico no Brasil. Registrou que, no primeiro trimestre de 2023, houve a maior diminuição de oferta de  
114 empréstimos da história. Observou que o BACEN tem mostrado que as instituições financeiras têm conseguido trabalhar  
115 muito próximo ao limite e ponderou que, de fato, caso fosse aprovada uma limitação mais onerosa, as pequenas  
116 instituições ficariam impedidas de operar com o INSS. Destacou a necessidade de incentivar a livre concorrência e  
117 informou que, no momento, das 40 instituições apenas 27 ofereciam o produto e que uma nova limitação poderia  
118 acarretar na restrição dessa concorrência a apenas 4 grandes instituições, sendo 2 públicas, as quais sequer abarcariam  
119 toda a clientela de baixa renda. Pontuou que, segundo dados da FEBRABAN, em 2022, foram injetados na economia R\$ 8  
120 bilhões com o produto. Arrazoou que a diminuição da oferta impactaria diretamente na economia do país, em decorrência  
121 da consequente falta de dinheiro no mercado, da diminuição da arrecadação da receita e do aumento do desemprego,  
122 entre outras coisas. Por fim, registrou sua admiração e respeito pela trajetória do Ministro de Estado da Previdência Social,  
123 pautada na ética e sempre voltada à busca do melhor para o país, e sugeriu que, caso a proposta apresentada pelo  
124 segmento não fosse aprovada, que fosse criado um grupo de trabalho para análise da medida, com a participação do  
125 BACEN, do Ministério da Fazenda e economistas do comércio, indústria e outras instituições representadas no CNPS, dada  
126 a complexidade do tema. O **Sr. Presidente** agradeceu as ponderações e destacou que a taxa americana subiu de 4,5% para  
127 4,75%, enquanto a taxa no Brasil era de 13,75%. Esclareceu que os empréstimos já contratados não seriam afetados pela  
128 aprovação de um novo teto, uma vez que as suas taxas estavam estabelecidas contratualmente. Com a palavra, a **Sra.**  
129 **Tonia Galleti** parabenizou o Ministro por pautar a discussão sobre a situação dos aposentados e pensionistas do país.  
130 Declarou-se favorável à discussão e à proposta de diminuição de juros, contudo, ponderou que considerava necessária a  
131 observância de algumas questões, a fim de não se agravar a situação financeira dos beneficiários. Explanou que a queda  
132 dos juros precisaria ser viável sob a perspectiva de que a oferta de crédito no mercado não seja diminuída a esse público,  
133 que anteriormente à existência das condições especiais que atualmente lhe são oferecidas, via-se obrigado a se submeter  
134 a métodos abusivos e criminosos para obtenção de crédito, como até mesmo a agiotagem. Salientou a necessidade de  
135 que previamente a uma decisão do Conselho, as representações dos aposentados fossem oportunamente consultadas,  
136 ressaltando que se trata de pessoas que, muitas vezes, dependem desses recursos para sobreviverem. Adicionalmente,  
137 ponderou que, idealmente, se deveria solicitar o aumento do valor do salário mínimo e dos benefícios, de forma que os  
138 representados sequer necessitariam recorrer às opções em discussão que, na verdade, apenas promovem o seu  
139 endividamento. Pugnou que o setor financeiro fosse instado a apresentar proposta de negociação de dívidas, a fim de se

140 contribuir efetivamente com a diminuição do alto endividamento dessa população, bem como pugnou pelo fim dos juros  
141 rotativos relativos aos cartões de crédito, e que fossem retomados os projetos de educação financeira, às custas do próprio  
142 segmento, com a devida promoção e divulgação pelos Sindicatos. Por fim, pontuou que seria possível diminuir ainda mais  
143 a proposta apresentada, diminuindo-se, por exemplo, o pagamento feito aos correspondentes bancários. Finalizando,  
144 concordou com a proposta de criação de GT para aprofundamento do tema. O **Sr. Ariovaldo de Camargo** observou que o  
145 dado apresentado pelas IFs sobre a diminuição da oferta trazia preocupações. Ponderou, contudo, que a demanda, em  
146 contrapartida da oferta, poderia diminuir as práticas nocivas de assédio promovidas por algumas instituições. Pontuou  
147 que a temática sobre a taxa de juros é recorrente e que o grupo de trabalho criado deveria construir uma política  
148 permanente sobre o teto de juros ligada à taxa SELIC, por exemplo, de forma a se evitar a constante rediscussão para a  
149 revisão dessas taxas. Com a palavra, o **Sr. Evandro Morello** ponderou que a discussão não poderia se limitar meramente  
150 à taxa de juros e discorreu que havia algumas variantes importantes a serem consideradas, especificamente as  
151 relacionadas aos aposentados e pensionistas, como o assédio que se intensificou nos últimos 2 anos. Endossou que sobre  
152 os juros cobrados pelo consignado, as IFs precisam considerar o custo efetivo, na ponta, e que, contudo, era importante a  
153 constituição de um GT para avaliar tais variáveis, a fim de que o CNPS possa deliberar de forma definitiva sobre o tema. O  
154 **Sr. Natal Léo** parabenizou a proposta apresentada pela Febraban, registrando, contudo, que seria possível tornar os  
155 consignados menos onerosos mediante a diminuição do pagamento feito na ponta. Salientou que o aposentado é  
156 fortemente responsável pela injeção de dinheiro no mercado e concordou com a criação de um GT que efetivamente  
157 pudesse estudar todas as questões levantadas por seus pares. Informou que em média, os aposentados e pensionistas  
158 lidam com cerca de 4 empréstimos e ressaltou a importância da educação financeira voltada a esse público, a qual, em  
159 seu entendimento, já deveria estar sendo executada. O **Sr. Bartolomeu de França** pontuou que atualmente havia uma  
160 geração de empregados e aposentados que recebem um salário mínimo não condizente com uma vida digna, e ressaltou  
161 que o consignado era, inclusive, o próprio complemento dessa renda. De posse da palavra, o **Sr. Odair Bortoloso** discorreu  
162 que, de acordo com os dados apresentados, a CEF praticava uma taxa de 1,84% e o BB de 1,96% para o empréstimo  
163 consignado e questionou quais seriam os motivos dos demais bancos não conseguirem trabalhar com as mesmas taxas.  
164 Refletiu que caberia ao Governo Federal publicar os bancos que estariam proporcionando melhores taxas e destacou a  
165 importância da criação de um GT sobre a questão. O **Sr. José Tadeu Peixoto da Costa** endossou as manifestações  
166 anteriores de seus pares e citou que o Brasil tem uma das taxas de rotativo do cartão de crédito mais caras do mundo.  
167 Arrazou que o papel principal do Conselho seria o de tentar fazer com que o aposentado não se endividasse por qualquer  
168 motivo e reforçou que fosse promovida a educação financeira entre os aposentados e pensionistas. O **Sr. Obede Teodoro**  
169 registrou que segundo os dados divulgados recentemente pela CBN, cerca de 80% do público do empréstimo consignado  
170 não consegue pagar as faturas em dia e acabam por criar uma dívida infinita, decorrente dos juros do rotativo que, em sua  
171 opinião, deveriam ser proibidos. Sobre a formação de custos do cartão de benefício e o risco de inadimplência para  
172 aposentados e pensionistas, o **Sr. Rolando Medeiros** pontuou que, em seu entendimento, esse seria menor em relação  
173 aos demais empréstimos, visto que o pagamento se dá diretamente no contracheque, e pugnou para que fossem  
174 oferecidas propostas melhores de teto de juros a esse público. E expôs que, em solidariedade à intenção do Governo em

175 fixar novo teto, informou que foi entregue ao Ministro da Previdência Social uma Nota assinada pelas Centrais Sindicais,  
176 intitulada *“Basta de Juros Altos. Mais Respeito ao Aposentados e Pensionistas do Brasil”*. Na sequência, em resposta ao  
177 questionamento feito pelo Sr. Odair Bortoloso, o **Sr. Rafael Baldi** esclareceu que o BB e a CEF conseguem ofertar uma taxa  
178 inferior a 2%, por não trabalharem com aposentados e pensionistas que não sejam seus clientes, além de possuírem acesso  
179 a diversos outros recursos que diminuem o seu custo de *funding*. Com a palavra, o **Sr. Presidente** afirmou que tem  
180 estudado diuturnamente o tema para tentar encontrar um caminho menos difícil para a parte mais frágil da sociedade.  
181 Explanou que a proposta que seria apresentada pelo MPS baseava-se nas decisões anteriormente já tomadas pelo  
182 Conselho. Na sequência, o **Sr. Benedito Brunca** deu início à apresentação da proposta do MPS sobre o teto da taxa de  
183 juros do empréstimo consignado, citando que a Resolução CNPS nº 1.345, de 07 de dezembro de 2021, estabeleceu como  
184 referência para o reajuste do teto das operações de empréstimo consignado em benefício previdenciário, os juros reais  
185 anualizados em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Salientou que a distribuição das taxas entre  
186 as IFs que operam o empréstimo consignado para os beneficiários do INSS revelava uma grande variação, o que  
187 demonstrava a existência de uma margem na definição das políticas de cada IF e que, independente do porte das  
188 instituições, existiam diferenças substantivas das taxas praticadas para os beneficiários do INSS, em relação às taxas  
189 praticadas para o consignado dos servidores públicos, para os quais inexistiam tetos. Em seguida, apresentou informações  
190 sobre as taxas médias de crédito pessoal consignado para os beneficiários do INSS, prefixadas na semana de 15 a 23 de  
191 fevereiro de 2023, destacando que a menor taxa praticada foi de 1,30%, e a maior, de 2,16%. Apresentou dados sobre as  
192 taxas médias de crédito pessoal consignado do servidor público, salientando que a menor taxa foi de 1,39%, e a maior de  
193 4,54%. Observou que a atual situação do crédito pessoal consignado do servidor público era a mesma situação do crédito  
194 pessoal consignado para os beneficiários do INSS até 2006, quando não havia um teto fixado. Ressaltou, dessa forma, que  
195 a linha de defesa dos aposentados e pensionistas era o CNPS, diante do baixo conhecimento de educação financeira e as  
196 dificuldades enfrentadas pelos beneficiários na busca por taxas melhores. Apresentou dados sobre as últimas alterações  
197 do teto da taxa de juros, o INPC e as taxas de juros reais. Explicou que, segundo a mesma metodologia utilizada pelo  
198 Conselho para definição do teto de 2,14%, em 2021, na forma o art. 2º da Resolução CNPS nº 1.345/2021, o resultado  
199 obtido era de 1,70% para as operações de empréstimo consignado, e de 2,62% para as operações realizadas por meio do  
200 cartão de crédito e cartão consignado de benefício. Com a palavra, o **Sr. Presidente** esclareceu que não se tratava de um  
201 novo método, ou regra, e sugeriu que a medida fosse aprovada, sem prejuízo de que, no GT, fossem aprofundadas as  
202 discussões sobre o sistema, com vistas, inclusive, à promoção da transparência da formação dos custos. De posse da  
203 palavra, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** reforçou a necessidade de se aprofundar nas informações trazidas e observou que,  
204 entre os dados apresentados pelo Governo sobre as taxas médias de crédito pessoal consignado aos beneficiários do INSS,  
205 havia bancos que não operavam mais o crédito consignado e que se encontravam fazendo apenas a gestão da carteira.  
206 Pontuou que seria importante qualificar os bancos com maior relevância na apuração das taxas praticadas. Em relação à  
207 discrepância de taxas cobradas para servidores públicos e aposentados e pensionistas, esclareceu que a inadimplência no  
208 primeiro grupo seria, sim, bem menor em relação ao segundo, considerando a maior incidência do fator óbito, no segundo  
209 grupo. Quanto à utilização do INPC como referência, ponderou que o INPC de 5,47% não seria a realidade dos bancos, por

210 não refletir os custos de captação. Assim, sugeriu que o GT também rediscutisse essas questões. De posse da palavra, o  
211 **Sr. Glauco Wanburg** informou que, no universo total de 37 milhões de aposentados e pensionistas, havia 8.186.736  
212 segurados que possuíam algum tipo de crédito consignado, sendo que para esse grupo registrou-se a existência de  
213 41.094.400 de contratos ativos, revelando, portanto, a situação drástica desse público, que reiteradamente recorre a tal  
214 alternativa. Ponderou que, naquele momento, havia pessoas altamente empobrecidas vivendo abaixo da margem da  
215 vulnerabilidade e que tal cenário requeria do Governo a tomada de medidas em redução dos impactos sobre o  
216 empobrecimento dessa parcela da sociedade. Citou o autor Amartya Sen, que pregava o desenvolvimento como liberdade  
217 e que as sucessivas renovações de crédito consignado exemplificam a perda da liberdade desse público, que não tem outra  
218 alternativa a não ser renovar ou recorrer a novos consignados. Asseverou que o CNPS necessitava tomar uma decisão para  
219 a defesa dessas pessoas que estavam sendo subclassificadas, em uma posição drástica de vulnerabilidade, e coadunou-se  
220 à posição apresentada pelo Governo. O **Sr. Evandro Morello** exaltou a coragem do Ministro em pautar o tema e pontuou  
221 que o grau de endividamento existente era, de fato, assustador e sugeriu que deliberassem sobre o teto proposto e  
222 discutissem sobre os demais pontos por meio de um GT. De posse da palavra, o **Sr. Rafael Baldi** externou compreender os  
223 papéis do CNPS e do Governo Federal em ajudar as pessoas que mais precisam, todavia, requereu previamente o  
224 aprofundamento do debate por meio do GT. O **Sr. Obede Teodoro** solicitou que o GT discutisse sobre o fim de cobrança  
225 dos juros rotativos do cartão de benefícios. O **Sr. Presidente** coadunou-se ao proposto pelo Conselheiro Obede Teodoro e  
226 reafirmou que a proposta do Governo seria o teto de 1,70% para as operações de Empréstimos Consignados e 2,62% para  
227 as operações realizadas por meio de cartão de crédito e cartão consignado de benefício. Ponderou que toda a temática  
228 decidida deveria ser debatida pelo GT, inclusive, com o retorno do percentual do limite de 30% sobre a renda. Concedida  
229 a palavra, o **Sr. Adroaldo Portal** defendeu a proposta apresentada pelo Governo e pontuou que se estava aplicando o  
230 mesmo critério aprovado e aplicado anteriormente. Observou que a taxa SELIC estava em 9,25%, em 2021, quando foi  
231 referendado pelo Colegiado, à unanimidade, o reajuste do teto das operações de empréstimo consignado em benefício  
232 previdenciário em 2,14% e de 3,06% para as operações realizadas por meio de cartão de crédito, a partir dos juros reais  
233 anualizados em relação ao INPC que, naquele momento, era de 16,10%. O **Sr. Alex Sander Gonçalves** registrou que quase  
234 todos os bancos da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) não conseguiriam atuar na concessão do Crédito Consignado  
235 no patamar proposto. Finalizados os debates, o **Sr. Presidente** colocou em apreciação a proposta de teto de 1,70% para  
236 as operações de empréstimos consignados em benefícios previdenciários e de 2,62% para as operações realizadas por  
237 meio de cartão de crédito e cartão consignado de benefício. Com a concordância da maioria dos(as) conselheiros(as)  
238 presentes, a proposta foi aprovada com 12 votos favoráveis das bancadas de Governo, dos Aposentados e Pensionistas, e  
239 dos Trabalhadores em atividade, e 3 votos contrários da bancada de Empregadores. Superado o item, passou-se ao  
240 terceiro ponto de pauta: Requerimentos de benefício e demais serviços no INSS. De forma a sensibilizar o Conselho, o **Sr.**  
241 **Presidente** explicou previamente que o INSS enfrentava série de desafios, dentre eles a redução drástica do número de  
242 funcionários. Mencionou que o INSS chegou a ter mais de 30 mil funcionários, detendo, naquele momento, apenas 19 mil  
243 funcionários. Destacou que, especificamente na área da perícia médica, a força de trabalho encontrava-se com apenas  
244 60% de seu efetivo. Informou também que estavam sendo tomadas medidas para que se reduzisse a fila de benefícios,

dentre elas o restabelecimento da política do bônus por produtividade, que deixou de ser empregada ainda em dezembro. Concluindo, agradeceu aos servidores de carreira do INSS e mencionou um passivo de mais de 1,7 milhões de pessoas aguardando atendimento e mais de 5 milhões de tarefas a serem concluídas, referentemente ao exercício anterior. De posse da palavra, o **Sr. Glauco Wanburg** registrou que o cenário do INSS era bastante delicado, diante do aumento das demandas institucionais uma vez que, historicamente, contava a menor quantidade de servidores ativos. Explanou sobre o programa de bonificação, que contribuía no aumento da capacidade de atendimento das demandas, e que foi finalizado em 31 de dezembro de 2022. Relatou que estavam trabalhando para viabilizar um novo programa de bonificação, bem como na automação de processos para redução da fila e no treinamento de 1.000 novos servidores, recentemente empossados. Passou a palavra ao Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS, o **Sr. Andre Fidelis**, que apresentou um breve histórico da fila do INSS, desde 2004, quando havia 42 mil servidores no quadro de pessoal do INSS e mais de 2 milhões de pessoas aguardando atendimento. Informou dados sobre o atendimento nos diversos canais do INSS, destacando que, mensalmente: no Meu INSS, eram feitos mais de 55,1 milhões de acessos; no *Call Center* – Central 135, eram atendidas 10 milhões de chamadas; e que nas Agências, eram atendidas aproximadamente 1,8 milhões de pessoas. Apresentou comparativo temporal dos números de requerimentos de RID pendentes de análise, dos quais, 347.024 processos estavam no aguardo por até 30 dias; 163.216 processos entre 31 e 45 dias; 273.303 entre 46 e 90 dias; 181.625 entre 181 e 365 dias; e 41.679 com mais de 365 dias. Com a palavra, a **Sra. Tonia Galleti** observou que houve o aumento do número de negativas em razão de desistência, ou por não cumprimento das exigências solicitadas e questionou quais seriam as medidas pensadas para melhoraria, nesse sentido. Em resposta, o **Sr. Glauco Wanburg** explicou que o sistema considerava automaticamente apenas as situações cadastradas na legislação e que o indeferimento automático por descumprimento de exigência se dava quando os requerentes deixavam de juntar a documentação necessária em 30 dias. Registrou que atualmente o INSS tem gasto cerca de 50% do seu tempo de produção com demandas que futuramente serão indeferidas, das quais, apenas 20% ensejariam a aplicação de revisão, o que representava um dispêndio de cerca de 40% do tempo de produção da autarquia. Destacou a importância de ampliar o processo de educação previdenciária, de dotar as pessoas de conhecimento sobre as rotinas e sobre o funcionamento administrativo, bem como de se especializar o requerimento. A **Sra. Tonia Galleti** observou que a maior parte do público do INSS tem muita dificuldade em entender e fazer cumprir as exigências e sugeriu que fosse estudada a possibilidade de ampliar os convênios com o INSS Digital, para que os conveniados possam receber a documentação, nos casos em que houver exigências, a fim de contribuir, de fato, com as pessoas que tenham dificuldade tecnológica. O **Sr. Glauco Wanburg** enalteceu a sugestão e ponderou que ela já estava sendo incorporada aos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), com as instituições representativas, as quais normalmente têm mais infraestrutura para atendimento das exigências. O **Sr. Helio Queiroz** discorreu que as centrais e os sindicatos estão a par da situação do aposentado e sugeriu a criação de Postos de Atendimento Previdenciário (PAP), os quais realizariam uma primeira triagem de demandas e documentos, ressaltando que os sindicatos, centrais e confederações têm, inclusive, fé pública. Com a palavra, o **Sr. Evandro Morello** reconheceu o cenário e as medidas que o Governo vem enfrentando, todavia, ressaltou que a população precisava de uma resposta rápida, exemplificando a urgência da questão dos Benefícios por Incapacidade. Observou que havia muitos problemas no

Sistema de Análise Automática e que, especificamente no setor rural, em sua percepção, estariam ocorrendo muitos indeferimentos indevidos e que os critérios para tanto mereciam ser reavaliados. Coadunou-se às sugestões de oferta de cursos, colocou a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) à disposição para colaborar com o INSS na construção de algo que responda às demandas dos segurados, diante de tantos desafios, e sugeriu que a questão dos rurais fosse contemplada, a fim de que a solução atendesse ao público proveniente de municípios de interior, onde o acesso à informação e à infraestrutura adequada seria ainda mais difícil. Concluindo o item, o **Sr. Andre Fidelis** citou o Programa de Aceleração da Produtividade e Análise (PAPA-Fila), que resumidamente, implicaria no incentivo ao cumprimento de horas extras e na alteração de norma interna sobre a gratificação de 20%, que atualmente era paga de forma não objetiva, tornando-a mais objetiva, atrelando seu pagamento a metas previamente estabelecidas, dentre outras medidas. Finalizado o terceiro item da pauta, instou-se o quarto item: Análise pericial pela PMF. De posse da palavra, o **Sr. Adroaldo Portal** apresentou um breve relato histórico sobre a Perícia Médica, no período antecedente e pós-pandemia, revelando um estado de estabilidade em números e patamares inferiores aos de hoje, no período anterior à pandemia. Pontuou fatores que contribuíram para o atual cenário de agravação, como a redução da oferta de perícias e a greve dos peritos. Explicou, por meio de gráficos, a evolução da fila de Perícia Médica nos últimos cinco anos. Pontuou que o cenário pré-pandemia foi marcado por ações de gestão, como o controle de frequência por meta e não por controle de hora, que fez com que a Perícia Médica alcançasse a menor fila e o menor tempo médio de espera, em contraponto com o cenário pós-pandemia, que foi marcado pela redução da produtividade, pelo desequilíbrio da oferta e da demanda, pelo aumento da fila e do tempo de espera, à exceção do período em que foram implantadas as medidas de combate à fila, como o pagamento de bônus aos servidores. Registrou que a fila se concentrava nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo que mais da metade dos pedidos de BPC concentrava-se na Região Nordeste. Apresentou tabela com os dados de distribuição da fila por Unidade da Federação (UF), demonstrando que os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí teriam fila até o final de 2023, com um tempo médio de espera muito alto. Exibiu gráfico sobre a evolução do quadro de peritos, apontando uma redução gradual e contínua da quantidade de peritos médicos, sem a necessária reposição. Elencou as medidas que se pretende adotar em combate à fila, sendo elas: o restabelecimento do pagamento de bônus por desempenho para os peritos; a organização de mutirões em dias não úteis e em contraturno, bem como mutirões de missões, mediante o pagamento de bônus, estimando que, em cerca de 6 meses, a fila seja reduzida em torno de 40% a 45%. Destacou que a SRGPS/MPS estava à disposição de todas as entidades e seus representantes para conversar sobre o tema e receber sugestões. Com a palavra, o **Sr. Evandro Morello** agradeceu pelas informações trazidas e observou que, embora as medidas fossem paliativas, eram todas necessárias. Ressaltou que era salutar que se pensasse uma mudança de paradigma do sistema, a fim de se adequar seu formato, especialmente no que se referia aos benefícios por incapacidade dos beneficiários, que considerava de extrema urgência. Questionado sobre o adiantamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas, o **Sr. Adroaldo Portal** informou que o Ministério da Fazenda estava analisando a possibilidade e pontuou que havia uma forte tendência de se conceder igualmente a antecipação, conforme feito nos exercícios anteriores.

#### IV – ENCERRAMENTO

315 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente Substituto, **Sr. Wolney Queiroz**, deu por encerrada  
316 a 294ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente  
317 documentado, lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado.